

A empresa XXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º XXX, sito à XXX, através de seu representante infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no Artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, bem como no tópico referente às impugnações previsto no edital e demais legislações aplicáveis, apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO

Ao Edital da Licitação em referência, consoante razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

A presente licitação tem por objeto a contratação de softwares, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no edital e em seus anexos. Todavia, após análise detalhada do instrumento convocatório e de seus anexos, constatou-se que o lote em questão contempla produtos distintos, incluindo softwares e/ou soluções tecnológicas fornecidas por fabricantes diferentes.

Tal configuração, ao agrupar em um único lote produtos de fabricantes diversos, pode restringir a competitividade do certame, na medida em que limita a participação de empresas que possuem autorização ou especialização para comercialização de apenas parte das soluções previstas.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação visa contratação de softwares de fabricantes distintos, objetos da presente licitação, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

2. DO AGRUPAMENTO DE PRODUTOS DE FABRICANTES DISTINTOS

Observa-se que os itens licitados foram estruturados em lote único, ainda que se tratem de produtos pertencentes a fabricantes distintos.

Destaca-se que, no mercado de tecnologia e softwares, é comum que empresas atuem como parceiras ou revendas autorizadas de fabricantes específicos, possuindo certificações, autorizações comerciais e especialização técnica direcionadas a determinadas soluções.

Dessa forma, o agrupamento de fabricantes distintos em um único lote pode impedir a participação de empresas plenamente capacitadas para fornecer parte dos itens licitados, mas que não possuem autorização ou atuação comercial junto a todos os fabricantes contemplados no mesmo lote.

Importante destacar que muitos fabricantes possuem políticas próprias de comercialização, exigindo que os produtos sejam fornecidos exclusivamente por revendas autorizadas ou parceiros credenciados, o que naturalmente limita a atuação das empresas a determinadas soluções.

Tal estrutura acaba por restringir o universo de licitantes aptos a participar do certame, reduzindo a competitividade e limitando a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que potenciais fornecedores de determinados itens ficam impedidos de apresentar proposta.

3. DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E DO PARCELAMENTO DO OBJETO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que, sempre que possível, o objeto da contratação deve ser parcelado, com o objetivo de ampliar a competitividade e permitir a participação de um maior número de licitantes.

Nesse sentido, dispõe o art. 40, inciso V, alínea “b”, que o planejamento da contratação deve considerar:

O parcelamento do objeto, quando tecnicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A divisão do objeto por fabricante ou por grupos de produtos tecnicamente compatíveis é prática comum em contratações públicas de soluções de tecnologia, justamente para evitar restrições indevidas à competitividade e ampliar a participação de empresas especializadas. Assim, a manutenção de itens de fabricantes distintos dentro de um mesmo lote pode comprometer os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4. DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

Diante do exposto, entende-se que a estruturação atual do edital, com a manutenção de produtos de fabricantes distintos em lote único, pode restringir a participação de empresas especializadas, reduzindo a competitividade do certame.

A separação do objeto por fabricante ou por grupos de produtos tecnicamente compatíveis possibilita a ampliação da concorrência, permitindo que empresas especializadas participem do certame e apresentem propostas mais competitivas.

Tal medida contribui diretamente para que a Administração obtenha melhores condições comerciais e maior eficiência na contratação.

5. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

- ? A análise e o deferimento da presente impugnação;
- ? A revisão da estrutura do edital, promovendo-se a separação do lote em itens ou lotes distintos, considerando os respectivos fabricantes ou categorias de produtos;
- ? A publicação de retificação do edital, contemplando as alterações necessárias.

Ressaltamos que a presente manifestação tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do certame e para a ampliação da competitividade, garantindo à Administração a obtenção da proposta mais vantajosa.

Nestes termos,
Pede deferimento.